

LINGUAGEM

O discurso da mídia como regime(s) de verdade(s) sobre o rendimento escolar dos alunos brasileiros

Lucimeire da Silva FURLANETO²⁴

Resumo: o objetivo deste trabalho é discutir como representações sociais são construídas através do discurso preconceituoso produzido pela mídia, sobre o desempenho dos alunos brasileiros, tomando como parâmetro testes avaliativos sobre o rendimento escolar deles. Pois, o discurso tomado como regime de verdade pode afetar diretamente o trabalho docente, assim como a formação de opinião dos leitores, no sentido de que ambos passem a acreditar que essa realidade resulta de um processo “natural” do cenário educacional brasileiro. Esperamos, com isso, que este artigo sirva de instrumento a mais de leitura crítica e reflexiva, principalmente em espaços de formação docente.

Palavras-chave: Discurso. Identidade. Regime de verdade.

LENGUAJE

El discurso en los medios de comunicación como régimen(es) de verdad(es) acerca del rendimiento académico de los alumnos brasileños

Resumen: el objetivo de este trabajo es discutir como representaciones sociales son construidas por medio de el discurso predispuesto producido por los medio de comunicaciones, acerca del desempeño de los alumnos brasileños, teniendo como parámetro pruebas evaluativas sobre el rendimiento académico de ellos. Pues, el discurso tomado como régimen de verdad puede afectar directamente el trabajo docente, así como la formación de la opinión de los lectores, en el sentido de que ambos pasen a creer que esa realidad resulta de un proceso “natural” de el escenario brasileño. Esperamos, con eso, que este artículo sirva de una herramienta más de lectura crítica y reflexiva, principalmente en espacios de formación docente.

Palabras-clave: Discurso. Identidad. Régimen de verdad.

1. Primeiras palavras

Atualmente os estudos da linguagem, sobretudo, da linguística aplicada vêm exercendo papel fundamental nas discussões sobre construção/constituição de nossas identidades, propondo uma reflexão sobre o sujeito e a alteridade considerando que a construção da subjetividade se dá a partir do/ no outro. Se pensarmos que as identidades são construídas a partir das relações sociais entre o *eu* e o *outro*, podemos entender, então, que elas não são fixas, nem tampouco imóveis, imutáveis ou homogêneas. “Ao afirmar que a identidade é um movimento na história, estou dizendo que ela não é sempre igual a si mesma (...) ela se transforma” (ORLANDI, 1998: 204). Ao contrário disso, as

²⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá/MT/Brasil - e Formadora do CEFAPRO/SEDUC/Cuiabá-MT (Centro de Formação Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso) (Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso) e e-mail: lucimeirefurlaneto@gmail.com

identidades são flexíveis, contraditórias, heterogêneas, o que acaba por nos tornar completamente uns diferentes dos outros, conforme Souza (1994: 17) “a identidade é o que, em princípio, nos diferencia dos outros”. Ancorando numa perspectiva psicanalítica, pressupomos que é a partir do olhar do *outro* que nos constituímos, havendo sempre o surgimento de um eu mediado pela relação com este *outro*. Para Coracini (2003: 24) “sabe-se que o sujeito se constrói pelo *outro* e se vê pelo olhar do(s) outro(s)”. A contribuição de Freud e Lacan, a partir de suas leituras sobre a constituição do inconsciente é fundamental para que compreendamos as relações do inconsciente com a linguagem.

Lacan discute a construção do sujeito a partir da relação do *eu* e com o *outro*, sob a perspectiva psicanalítica, tomando como metáfora, o “espelho” (CHNAIDERMAN, 2002). É neste processo que ele nos chama a atenção quando ao nos olharmos para o espelho é como se estivéssemos olhando para o *outro* que somos.

Citando Lacan, em O seminário (I):¹o “é a aventura original através da qual, pela primeira vez, o homem passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo...(p.96). E, mais adiante: “...o sujeito virtual, reflexo do olho mítico, quer dizer, o outro que somos, está lá onde vimos inicialmente nosso ego fora de nós, na forma humana(...) O ser humano não vê sua forma realizada, total, a miragem de si mesmo, a não ser fora de si (CHNAIDERMAN, 2002: 164).

Assim, a constituição de uma imagem unitária do sujeito se dará sempre a partir do olhar do *outro*, ou seja, é reflexo, vendo a si mesmo como é visto por seus semelhantes. A identidade por sua vez só existe contextualizada, num processo de construção contínuo, pressupondo afirmativamente o reconhecimento da alteridade e suas respectivas distinções para sua afirmação nos diferentes contextos sociais.

Desse modo, a imagem construída sobre nós, nossa identidade, a qual depende desse *outro*, nos toma como pertencentes ou não em relação àquilo que acreditamos ser, estimulando sempre processos identificatórios ao longo de nossas vidas sempre vinculados ao *outro*.

2. Discurso midiático como verdade

Há tempos que as mídias falada e escrita discursam sobre a educação brasileira tomando este discurso como verdade e incontestável, desconsiderando fatores outros

como implicadores acerca da constituição da educação, como: processo histórico, identidade e cultura, por exemplo.

Para que entendamos melhor o conceito de verdade, buscamos referência em Foucault (1990[1979]) acerca das relações sobre saber-poder e o(s) regime(s) de verdade. Segundo o autor, não há como existir verdade sem o poder, ou seja, fora do poder:

[...] [a] verdade é desse mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1990[1979]: 12).

Tomando o discurso midiático como verdade sobre a imagem construída da escola pública brasileira, nos ancoramos em Fairclough, uma vez que não há como falar em discurso sem falar de ideologia. Pois, segundo o autor (2001), o discurso é visto como o uso da linguagem nas práticas sociais, ou entendido como a produção de sentidos nas interações sociais diante dos enunciados. Quanto à ideologia, Fairclough a define como sendo:

[...] significações/construções da realidade (mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou transformação das relações de dominação [...] (2001: 117).

Como nos reconhecermos por meio de uma “tecnologia política”, como parte de uma sociedade, uma nação, enfim, um Estado e como isso se deu ao longo da história, é uma reflexão proposta por Foucault. Relacionado isso ao nosso trabalho, entendemos que a mídia não só difunde verdade(s) como também está à mercê do poder do Estado, ou seja, controla como bem lhe convém os indivíduos no intuito de ter cada vez mais, maior funcionalidade junto ao Estado, por meio de textos (orais e escritos) constantemente veiculados pelos diferentes meios de comunicação, enfatizando um ponto de vista único e exclusivo daquele meio de comunicação em particular. Segundo Foucault:

[...] [d] o ponto de vista do Estado, o indivíduo apenas existe quando ele promove diretamente uma mudança, mesmo que mínima, no poderio do Estado, seja esta positiva ou negativa. O Estado tem que se ocupar com o indivíduo apenas quando ele pode introduzir tal mudança. E tanto o Estado lhe pede para viver, trabalhar, produzir e consumir, como lhe exige morrer (2004: 308).

Para Geraldini (2010: 104), na seriedade superficial e cotidiana de uma imprensa que comenta fatos e prega o discurso hegemônico e com pretensões de serem únicos, os discursos que apontam as desgraças, as misérias e os sofrimentos são ironizados. O discurso hegemônico, creditado como um regime de verdade proferido pela mídia revela que há uma função que normatiza os lugares e os modos de circulação desses discursos.

Ancorando-nos em tais pensamentos, nos propomos a analisar o discurso sobre o rendimento escolar entre alunos de classe social alta (ricos) e os alunos de classe social baixa (pobres). Trata-se o texto de um artigo nominado “A democracia da decoreba”, de autoria de Claudio de Moura Castro, publicado na Revista Veja, p. 26, Edição nº 2271, ano 45, nº 22, de 30 de maio de 2012, onde o autor sem titubear discute a problemática da educação brasileira de maneira preconceituosa, atribuindo o baixo rendimento escolar, para não dizer fracasso, aos alunos de classe social baixa (pobre), enquanto que os bons resultados são atribuídos aos alunos de classe social mais elevada (rica).

A revista Veja costuma abordar a educação brasileira sob a perspectiva mercantilista e globalizada, por exemplo, ao dizer que o aluno rico tem mais vantagem sobre o aluno pobre. O leitor é induzido a pensar através de um discurso ideológico sobre tal aluno rico associando-o à escola particular. Pressupomos, dessa forma, que essa educação tenha mais valor, valor este que só se obtém por meio de pagamento. O discurso revela um jogo de verdade em que a relação do enunciador com sua produção discursiva lhe confere controle e poder através da possibilidade de uma identidade sempre ilusória e ficcional. Para Foucault (1996, p. 8-9),” em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada [...] que têm por função conjurar seus poderes e perigos.”

Então, se pagamos para ter educação de qualidade, significa que o conhecimento pode ser entendido como mercadoria. Por outro lado, temos outra opção. Podemos importar exemplos de projetos de investimento em educação, implantados em outros países, já sugeridos em outras publicações, como por exemplo: (ÉPOCA, 17 de abr. de 2006). O que o autor se esquece, é de que temos nossa própria cultura, cultura essa que

tem seu próprio contexto de formação e constituição e que, por mais semelhante que possa ser à cultura de um outro país, temos nossas particularidades, o que nos torna diferentes dos outros, mas não menos capazes.

“A democracia da decoreba”, título da reportagem conforme o texto apresentado abaixo, refere-se às condições de igualdade que teriam alunos ricos e pobres em relação às provas que exigem apenas exercício de memorização, enquanto aquelas que exigem um conhecimento mais sistematizado, somente os alunos de famílias mais prósperas seriam capazes de obterem melhores resultados:

É verdade, para decorar fórmulas, reis da França, tabelas periódicas ou guerras púnicas, pobres e ricos estão em condições parecidas. Basta tempo para estudar e teimosia para guardar isso tudo na cabeça. Já as competências de ordem superior são muito mais difíceis de ser ensinadas. Portanto, sofrem muito mais as escolas piores, frequentadas pelos mais pobres. Em contraste, nas escolas dos alunos de família mais próspera esses assuntos são privilegiados. Por isso, eles terão maior chance de obter bons resultados (VEJA, 30 de mai. de 2012).

Essa afirmação pressupõe que alunos oriundos de famílias economicamente abastadas, possuem maior capacidade na aprendizagem. Isto implica em dizer, então, que o que determina a capacidade intelectual do sujeito aprender está diretamente associado a sua classe social e não nas relações sociais estabelecidas com o “outro”. Dúvidas pairam no ar. Se o sujeito é pobre hoje e não consegue aprender conteúdos escolares devido a sua situação econômica, caso amanhã este mesmo aluno se torne uma pessoa rica, ele aprenderá, então? A reportagem fala ainda sobre ECIEL¹ e PISA², testes de rendimento escolar, aplicados com o intuito de descobrir quais fatores interferiam nos bons resultados:

Nessa época, eu dirigia um projeto internacional de pesquisas (Programa Eciel) que incluía sete países latino-americanos. Tratávamos de aplicar testes de rendimento escolar (antepassados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos – Pisa) e descobrir que fatores se associavam a bons resultados. Além das análises convencionais, decidimos separar as perguntas de memória daquelas que demandavam manifestações mais elaboradas de raciocínio. Tabulando, veio o mesmo resultado; os pobres obtinham escores relativamente próximos dos alcançados pelos ricos nas perguntas de memória, mas a distância aumentava com relação àquelas que mediam aplicação, raciocínio e análise (VEJA, 30 de mai. de 2012).

O texto nos chama a atenção para o fato do quanto é reforçada a ideia sobre o distanciamento quanto à capacidade de resolver questões de conhecimento entre o aluno

pobre e o aluno rico. Em seguida, o autor menciona o Enem, destacando mais uma vez a vantagem do aluno rico em relação ao aluno pobre:

O Exame Nacional do ensino Médio (Enem) não privilegia a memória. Portanto, se substituir um vestibular muito tradicional, dará uma vantagem extra aos alunos que frequentam as melhores escolas. No panorama brasileiro, são predominantemente alunos de origem social mais elevada (VEJA, 30 de mai. de 2012).

O Enem apresenta ainda algumas controvérsias sobre sua efetividade e eficiência. Contudo, é a maior avaliação do gênero da América Latina. Seu objetivo é avaliar competências e habilidades dos alunos que concluíram o ensino médio no ano da prova ou em anos anteriores. É uma prova contextualizada que prima tanto pelo conhecimento adquirido/construído ao longo da vida escolar até o ensino médio, bem como pelo conhecimento de mundo que o sujeito tem sobre a atualidade como um todo, na qual está inserido. Dessa forma, entendemos que a prova do Enem configura-se como sendo interdisciplinar não exigindo do candidato esforço excessivo de memorização para resolução das questões e, sim, demonstração de sua capacidade em resolver aos conteúdos apresentados sob a forma de questões a serem respondidas. A reportagem reafirma que esse exame também revela o grau de conhecimento de seus candidatos mostrando que os alunos que frequentam as melhores escolas terão vantagem sobre os que frequentam as piores.

Em momento algum, o autor discute sobre o conceito do que seria uma escola de melhor ou de pior qualidade. Cabe ressaltar brevemente, que o autor da reportagem é Claudio de Moura Castro, um respeitado especialista em educação no Brasil. É economista, exerceu vários cargos importantes no país, tanto na educação quanto na economia. O autor emprega termos dicotômicos evidenciando um discurso ideologicamente construído e propagado como verdade, sobretudo, para enfatizar que esses termos estão intrinsecamente ligados a fatores responsáveis pelo resultado do rendimento escolar apontado nos testes aplicados a eles: sucesso X fracasso, ricos X pobres, distanciar X aproximar, origem social modesta X origem social mais elevada, raciocínio X decoreba.

A imagem construída sobre a educação brasileira é tida como verdade, contudo, o autor se prende à ideia de que essa verdade está pautada na diferença das classes sociais, não se preocupando em discutir o problema a fundo, ignorando outros fatores

implicadores sobre a formação da educação brasileira, como por exemplo, sua constituição, assim como a constituição do professor enquanto sujeito. De acordo com Coracini (2003, p. 239) a noção de sujeito e, conseqüentemente, de identidade é, fundamentalmente, produto de um interesse de época.

3. Resquícios de uma educação missionária

Para entendermos o presente, é necessário olharmos para o passado. Em se tratando de educação, principalmente. A história do percurso da educação no Brasil inicia-se a partir da presença dos jesuítas no início do período de colonização do país, onde eles tinham como objetivo catequizar os índios os quais foram os primeiros povos encontrados em terras tupiniquins. Assim, os jesuítas os educavam, os catequizavam gratuitamente e, principalmente, ideologicamente, como uma missão. Coracini (2003, p. 246) afirma que a educação sempre esteve, desde os primórdios, nas mãos de religiosos (sobretudo jesuítas), o que empresta ainda maior visibilidade à imagem de professor como missionário. Ainda, nas palavras de Mortatti:

Inicialmente, o foco de atenção dos jesuítas foi a criança indígena, em particular menino curumim, que poderia disseminar os novos ensinamentos aos mais velhos e também servir de intérprete (“meninos-língua”) e auxiliar nas atividades religiosas (2004: 50).

Da imagem construída do professor, podemos refletir sobre a concepção tradicional e sedutora como sujeito vocacionado, espécie de missionário, cuja vocação é educar evangelizando, vestígio de uma educação de cunho estritamente religioso. A constituição desse sujeito-professor se dá a todo instante por uma identidade que não o finaliza, mas que o coloca em constante construção de si mesmo. Dessa forma, ao compreendermos que a construção de sujeito, bem como sua identidade é produto de interesse de época, compreendemos também como seu discurso é atravessado por outros. Os fios desse discurso resultam na imagem de um professor sem voz, sem opinião, atendendo às expectativas de uma sociedade dominada pelo desejo de deixar inalteradas as relações sociais e, conseqüentemente, as relações de poder, percebendo visivelmente uns no centro, com poder de decisão e outros (a maioria) nas margens, com o único papel de dar sustentação e legitimidade a essa ordem social e discursiva.

Para Orlandi (1998: 204): Esta é uma ilusão, ou seja, a da identidade móvel, se de um lado, ela é parte do imaginário que nos garante uma unidade necessária nos processos identitários, por outro lado, ela – identidade – é ponto de ancoragem de preconceitos e de processos de exclusão. São essas as identificações que acreditamos ser, ao que acreditamos que o “outro quer que sejamos. Ao que o “outro” não acredita que sejamos, não sejamos.

Assim, a expressão “dar aula”, ressoa como se fosse algo natural e, ao mesmo tempo, obrigatório do ponto de vista da classe dominante. É como se houvesse uma eterna relação entre o presente e o passado, numa tentativa de justificar inclusive uma desqualificação profissional, uma frustração, através de uma memória sempre recorrente que insiste em nos acompanhar e a reforçar as nossas práticas, sejam elas sociais e/ou ideológicas.

4. Considerações finais

A partir da análise feita, constatamos que o discurso produzido pela mídia não contribui para a melhoria da educação, pelo contrário, desqualifica ainda mais a imagem do aluno de classe social baixa, atribuindo o resultado de seu desempenho escolar à sua própria condição social. Tomando esse discurso como regime de verdade, observamos ainda que o texto se constitui como elemento fundamental para a manutenção das forças de poder quando o que se verifica é que a revista em questão está a serviço de um grupo específico (empresários) para formar um outro grupo em particular (leitores de classe média), justificando assim, o ponto de vista do autor ao discursar sobre a educação brasileira por meio de uma ótica mercadológica e comparativa.

Gostaríamos, ainda, de ressaltar que o presente trabalho não exime a todos que da educação fazem parte, dos constantes desafios encontrados na escola. O que pretendemos é que reflexões como esta sejam cada vez mais frequentes, principalmente por parte dos professores, com o desejo de se entender como a mídia constrói os discursos sobre alunos brasileiros e o que isso implica na construção de nossas identidades, por meio da presença incontestável da ideologia funcionada materializada na linguagem, através de um discurso cristalizado, sobretudo, da educação brasileira, como forma de construir sentidos, afetando o sujeito que por sua vez é influenciado na construção de sua identidade.

Portanto, encerramos este trabalho defendendo acima de tudo, que alunos tenham as mesmas condições de aprendizagem independente de sua classe social, que a inclusão desses, no processo escolar não seja só a de direito, mas também a de fato.

Obras citadas

CHNAIDERMAN, M. Língua(s) – Linguagem(ns) – Identidade(s) – Movimento(s): Uma abordagem psicanalítica. (In) SIGNORINI, I. (Org.) **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado** (2002) - edição 1 editora: Mercado de Letras.

CORACINI, M. J. R. F. (Org.). **Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades**. 1ª. Ed. Campinas e Chapecó: Editora da UNICAMP - Editora ARGOS, 2003. 385 p.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 9 ed. E trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1990. 295 p. (1ª ed. Brasileira, 1979).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade e política. Ditos e escritos** – V. 5. Manoel Barros Motta (Org.). Rio de Janeiro: forense Universitária, 2004. 322 p.

GERALDI, J. W. **Ancoragens: estudos bakhtinianos**. São Carlos: Pedro & João editores, 2012.

ORLANDI, E. de L. P. Identidade Lingüística Escolar. In: Inês Signorini. (Org.). **Língua(gem) e identidade**. 1 ed. Campinas, 1998, v. 1.

SOUZA, O. **Fantasia de Brasil**. São Paulo: Escuta, 1994.

VEJA, São Paulo: Editora Abril, ed. 2271, p. maio. 2012.